

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

A gestão da educação no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte do RS

Luciani Paz Comerlatto
Sinthia Cristina Batista
Eliane Menegotti
Organizadoras


UFRGS
EDITORA
Apoio


SEAD
UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora

Patrícia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Júlio Otávio Jardim Barcellos

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Cláudio Oliveira Rios

Conselho Editorial

Carlos Gustavo Tornquist

Fabiana de Amorim Marcello

Leandro Raizer

Sergio Roberto Kieling Franco

Stella de Faria Valle

Simone Sarmento

Henrique Carlos de Oliveira Castro

Andre Luiz Netto Ferreira

Ângela de Moura Ferreira Danilevicz

André Luís Prytoluk

Cláudio Oliveira Rios, presidente

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

A gestão da educação no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte do RS

Luciani Paz Comerlatto
Sinthia Cristina Batista
Eliane Menegotti
Organizadoras


UFRGS
EDITORA

Apoio

 **SEAD**
UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

© dos autores
1ª. edição: 2024

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:
Leonéia Hollerweger, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Coordenação da Editoração: Leonéia Hollerweger e Ely Petry

Revisão: Equipe de Revisão da SEAD

Capa: Bruno Assis, Tábata Costa, Ely Petry, Marcavisual

Editoração eletrônica: Marcavisual

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



FICHA CATALOGRÁFICA

G393 A gestão da educação no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte do RS [recurso eletrônico] / organizadoras Luciani Paz Comerlato, Sinthia Cristina Batista [e] Eliane Menegotti ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2024.

494 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

1. Educação. 2. Gestão escolar. 3. Gestão democrática. 4. Política educacional. 5. Formação continuada I. Comerlato, Luciani Paz. II. Batista, Sinthia Cristina. III. Menegotti, Eliane. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 37.014.5(816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-102-7

13

Reflexões sobre a oferta do curso de Especialização em Gestão da Educação (EAD) na Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte do RS

Luciani Paz Comerlatto¹

Sinthia Cristina Batista²

1 Doutora em Educação, na Linha de Políticas e Gestão de Processo Educacionais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: lucianipaz@ufrgs.br

2 Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo. Coordenadora Adjunta do Curso de Especialização em Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: sinthia.batista@ufrgs.br

Fotografia 1 – Seminário da especialização em Gestão da Educação.



Fonte: Elaborada pelos autores (Porto Alegre, FAGED/UFRGS, 07 dez. 2019).

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre reflexões do curso de especialização em Gestão da Educação, 1ª edição, na modalidade a distância, ofertado pela UFRGS *campus* Litoral Norte (UFRGS/CLN) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para os gestores das escolas públicas da Educação Básica da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte. Apresenta-se como objetivo geral expor a trajetória do curso, seus limites, possibilidades e contradições na busca pela expansão do exercício da Gestão Democrática da Educação, tanto em nível de formação continuada quanto no movimento do real das suas respectivas instituições educacionais.

Buscamos, através de esforço coletivo, pensar a gestão educacional como parte constitutiva do exercício da democracia. É sob esse contexto que apresentamos as partes constitutivas da nossa reflexão sobre o curso: 1) o conteúdo da proposta e a metodologia do curso e 2) o curso na sua materialidade: limites, possibilidades e contradições.

O CONTEÚDO DA PROPOSTA E A METODOLOGIA DO CURSO

A proposta do curso fundamentou-se teórica e metodologicamente na Gestão Democrática da educação, que, além de ser um princípio constitucional, é condição essencial para que a educação possa realizar o seu papel de contribuição no exercício da democracia, aqui entendida como “o governo pelo povo ou pelo poder do povo” (Wood, 2006, p. 7), na constituição integral do sujeito histórico-social. Dourado (*apud* Ferreira, 1998, p. 79) define a Gestão Democrática da educação como um:

[...] processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas.

Nesse sentido, desde a construção do Projeto Político-Pedagógico até o processo de ensino-aprendizagem do curso, buscamos evidenciar a importância do reconhecimento da Gestão Democrática da Educação a partir do princípio legal, assim como a educação enquanto um direito humano e inalienável, parte constituinte e estruturante do sujeito histórico-social, que, no entendimento de Comerlatto (2013), significa o ser humano na sua condição individual e coletiva, o qual, independentemente da sua consciência, é um ser que contribui no processo histórico, por ser dotado da capacidade de pensar, criar, criticar e decidir; ou seja, é um agente de transformação social.

Iniciamos o processo de ensino-aprendizagem do curso por meio de uma aula inaugural presencial na sede do polo de Porto Alegre. Na ocasião, apresentamos o conteúdo da proposta do curso e o caminho teórico-metodológico pretendido. Escolhemos iniciar com a fundamentação legal que alicerça o princípio fundante da necessidade de pensarmos a educação no contexto da democracia. Nesse sentido, indicamos o artigo 206 da Constituição Federal, que aponta o princípio da gestão democrática e a garantia de qualidade na educação.

Art. 206. (*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade (Brasil, [2016]).

Reforçamos a ideia de que a Constituição Federal de 1988 foi fundamental para o fortalecimento da educação brasileira enquanto direito social garantido pelo Estado. Antes disso, ele não tinha a obrigação formal de garantir educação de qualidade para todos. Entendemos que esse direito constitucional não é um mero formalismo, mas resultado da correlação de forças entre trabalhadores e reacionários, materializada na contradição do próprio texto constitucional, que indica o exercício da democracia na educação, mas contraditoriamente reserva espaços para a intervenção dos interesses imperialistas do capital.

A pauta da democracia no campo da educação também entra na agenda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. De acordo com o artigo 14,

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I — participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II — participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Concordamos que os princípios legais são fundamentais na luta pela aquisição do direito, mas no movimento do real da educação brasileira ainda temos muito a construir, pois, entre outras coisas, não está contido nessas leis nenhum dispositivo que assegure os objetivos da democracia. É por isso que, segundo Vieira (1992, p. 12), a luta social se torna decisiva:

Tal Estado de Direito não se realiza apenas com a garantia jurídico-formal desses direitos e liberdades, expressa em documento solene. Quanto a eles, o Estado de Direito determina a sua proteção formalizada e institucionalizada na ordem jurídica e, principalmente, reclama a presença de mecanismos socioeconômicos dirigidos e planejados com a finalidade de atingir a concretização desses direitos. Muitas razões de Estado têm conduzido a contradições entre a simples declaração dos direitos e liberdades e a sua real efetivação.

É sob essa conjuntura que buscamos, ao longo do curso, expor a Gestão Democrática para além dos princípios legais. Trabalhamos a sua esfera teórica e metodológica por compreendermos que ela é a mola propulsora do exercício da democracia no campo da educação e que

é através da autonomia pedagógica e administrativa, da participação efetiva de todos no processo de discussão e tomada de decisões, bem como da formação de colegiados enquanto representação de todos os segmentos que a educação contribui para a constituição do sujeito histórico na integralidade. Este, de acordo com Paro (2008, p. 27),

[...] jamais pode ser concebido isoladamente, posto que o homem só se realiza, só pode produzir sua materialidade, a partir do contato com os demais seres humanos, ou seja, a produção de sua existência não se dá diretamente, mas mediada pela divisão social do trabalho. Disso resulta a condição de pluralidade do próprio conceito de homem histórico, que não pode ser pensado isolado, mas relacionando-se com outros sujeitos que, como ele, são portadores de vontade, característica intrínseca à condição de sujeito. Dessa situação contraditória do homem como sujeito (detentor de vontades, aspirações, anseios, [...] interesses, expectativas) que precisa, para realizar-se historicamente, relacionar-se com outros homens também portadores dessa condição de sujeito, é que deriva a necessidade do conceito geral de política. Este se refere à atividade humano-social com o propósito de tornar possível a convivência entre grupos e pessoas, na produção da própria existência em sociedade.

Assim, a oferta do curso partiu da necessidade de fortalecer e valorizar a prática profissional como momento de ampliação do conhecimento, por meio da reflexão, da análise e da problematização do próprio trabalho, fazendo emergir o conhecimento tácito presente nos caminhos e nas soluções que os profissionais encontram, tendo em vista a promoção de uma escola de qualidade para todos, que, sob o enten-

dimento de Dourado, Oliveira e Santos (2007), requer um aprofundamento em relação ao espaço que a escola ocupa na sociedade e às suas múltiplas relações.

O Projeto Político-Pedagógico do curso foi fruto do diálogo entre os professores proponentes envolvidos na proposta. Para isso, foram realizadas reuniões pedagógicas de estudos teórico-metodológicos a fim de sistematizar conteúdo, método e metodologia da proposta. Pautamos os nossos diálogos na certeza de que:

Gestar é produzir o novo e gestar é crescer junto. Gestar é um ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. Isso significa que o gestor não pode ter um contrato com a desesperança. A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos (Cury, 2007, p. 9).

Desde 2017, o curso em questão vem sendo gestado. Sua proposição nasceu de um desejo e de uma necessidade: o desejo de fortalecer o entendimento social de que a educação é parte constitutiva do processo histórico e a necessidade histórica de trabalhar as contradições que evidenciam os conflitos que insistem em escamotear as condições concretas para a realização desse desejo. Alcançamos, assim, ao longo da proposição e da oferta do curso, um horizonte de lutas e também muita esperança a partir do compromisso social e político de nossas pesquisas, provindas da universidade pública, com a escola pública e com a educação no Brasil.

O currículo do curso intensificou o desenvolvimento da capacidade de refletir, oferecendo perspectivas de análise para que os gestores escolares compreendessem os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais. Buscamos desenvolver um ensino pautado na formação continuada reflexiva, crítica e promotora da identidade coletiva na luta por uma educação de qualidade social, que, para Comerlatto (2013, p. 19), significa “[...] a condição de respeito às diferenças étnicas, sexuais, sociais, políticas e econômicas com fins a uma formação para além da inserção no mercado de trabalho, para a constituição do sujeito histórico-social”.

O curso foi baseado na concepção da educação e da formação continuada dos profissionais da educação como um direito e da escola como espaço público, lugar de debate e de diálogo, com base na reflexão individual e coletiva que conduz a articulação entre teoria e prática no sentido de ampliação de capacidades para analisar e resolver problemas, elaborar e desenvolver projetos e atividades na área de gestão educacional, desenvolver uma compreensão pedagógica de gestão escolar situada nos contextos do sistema e da escola, ampliando a concepção de trabalho pedagógico, estimular o desenvolvimento de práticas de Gestão Democrática e de organização do trabalho pedagógico, a fim de que contribuam para a qualidade social da educação, e valorizar a experiência investigativa do cursista e o aperfeiçoamento da prática.

Entende-se com isso que os conteúdos não se esgotaram na carga horária atribuída a cada disciplina, mas que esse foi apenas o ponto de partida para o aprofundamento das temáticas propostas pelo curso, que apresentou como objetivo geral contribuir na formação de gestores

das escolas públicas da Educação Básica na perspectiva da Gestão Democrática e da efetivação do direito à educação com qualidade social.

O currículo foi estruturado em quatro momentos que se articularam entre si ao longo do curso:

- a produção de condições às gestoras e aos gestores para realizar o curso com disciplinas que envolveram a aproximação aos ambientes virtuais e a retomada dos processos de investigação e escrita acadêmica;
- a fundamentação teórica e metodológica trabalhada a partir do acúmulo das pesquisas sobre a educação no Brasil, trazendo ao debate a compreensão política e social sobre o Estado, os Direitos Sociais, a Educação e a Gestão Democrática;
- o conhecimento da realidade da estrutura legal, política e administrativa da educação do Brasil, apresentando a realidade do financiamento da educação, das políticas e da gestão dos processos educacionais, do planejamento e dos enfoques necessários dos diferentes contextos da educação no Brasil;
- a movimentação da relação entre o reconhecimento da realidade da escola e do próprio trabalho, a produção coletiva dos projetos de intervenção e a elaboração do trabalho de monografia final do curso com base nesse movimento.

Os conteúdos trabalhados não foram restritos às cargas horárias das disciplinas, mas se movimentavam no reconhecimento das bases concretas do cotidiano da gestão e aprofundavam-se ao ampliar a capacidade de reflexão, oferecendo perspectivas de análise para que os gestores compreendessem os contextos históricos, sociais, culturais,

organizacionais e de si próprios enquanto trabalhadores da educação, na contradição da democracia no capitalismo, cujo alicerce se estrutura na divisão de classes. Conforme Thompson (2012, p. 260),

Classe não é categoria estática, é uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes das suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Neste sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”, é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro.

Evidenciamos ao longo do curso a importância de os gestores se reconhecerem enquanto classe trabalhadora, a fim de mediar a elaboração de um projeto educacional, fruto do diálogo coletivo, no qual todos são sujeitos de vez e de voz, independentemente do segmento ao qual pertencem. Essa identidade de classe é condição essencial para o reconhecimento do direito à participação de toda a comunidade no processo de discussão e na tomada de decisões, tendo em vista o pleno desenvolvimento da autonomia e o exercício da democracia.

O CURSO NA SUA MATERIALIDADE: LIMITES, POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES

Ao longo de dois anos de curso, produzimos diferentes espaços de formação, debates e projetos de ação na educação que se coadunam aos objetivos propostos pelo curso. Para discutir esses espaços de diá-

logo da Gestão Democrática da educação, traremos dois elementos: o alcance do curso de especialização ofertado pelo *campus* Litoral Norte da UFRGS e os conteúdos apresentados nas monografias de conclusão de curso.

Aprendemos que, neste momento histórico, reconhecendo suas contradições, a educação a distância se coloca como uma possibilidade de ampliação da universidade pública, ainda concentrada espacialmente nos grandes centros e com algum avanço territorial fruto do contraditório processo de expansão universitária nos governos democráticos brasileiros da segunda década do século XXI – processo do qual nós do *campus* Litoral Norte da UFRGS somos fruto. Carregamos, portanto, o compromisso de ampliar cada vez mais o alcance e consolidar um processo de expansão referenciado na qualidade da educação.

Concretamente, construímos coletiva e cotidianamente uma estrutura político-administrativa e pedagógica para a realização dos cursos de especialização com referência ao próprio Projeto Político-Pedagógico do curso: com princípios claros na Gestão Democrática da educação. Para pensar a demanda da formação de gestoras e gestores, o projeto do curso considerou:

De acordo com informações disponibilizadas pelo site da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul, a oferta de ensino público da Educação Básica (11 CREA), do Ensino Técnico profissionalizante e do Ensino Superior no Litoral Norte é composta de cento e quatro (104) escolas estaduais, duzentos e quarenta e uma (241) escolas municipais e

duas (2) federais. Além da oferta de ensino público gratuito, o litoral norte conta com sessenta e sete escolas particulares, principalmente na etapa da educação infantil.

Com base nos dados acima, identificamos um grande público alvo [sic] para formar em nível de especialização (lato sensu): Gestores Educacionais (Diretores, Vice-Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Supervisores Escolares, Orientadores Educacionais) efetivos das escolas públicas da Educação Básica e das secretarias municipais de educação, incluídos aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional. Com esse curso, almejamos contribuir com a qualificação dos gestores escolares na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, p. 17).

A partir dessa referência e da experiência de ensino e pesquisa do coletivo de docentes proponente do curso, indicou-se no Projeto Político-Pedagógico que a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e a Região Metropolitana de Porto Alegre carecem de ampliação da oferta de especialização pública e gratuita em Gestão Educacional. Portanto, ofertamos o curso nos polos da Universidade Aberta do Brasil, trabalhando em parceria com a UFRGS Litoral: Imbé, Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Sapucaia e Sapiranga.

Constatamos na prática essa necessidade ao enfrentar o processo de seleção de cursistas, pois da oferta de 150 vagas obtivemos inscrições de 356 professores gestores de escolas públicas. Notificamos que os inscritos vinham de fora das regiões de abrangência direta dos polos:

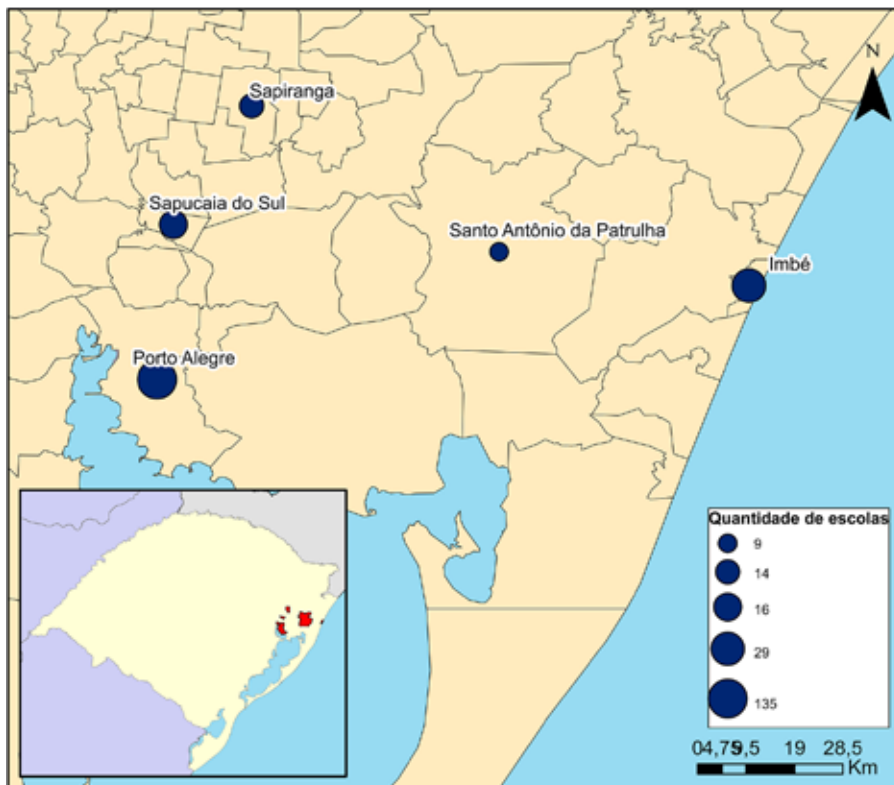
de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e até do Pará. No entanto, não pudemos atender toda a demanda com o limite de 30 vagas em cada polo (150 no total). Esse processo seletivo assegura a escolha acertada da presença da UFRGS na região do Litoral Norte e o compromisso com a educação pública da região, sinalizando ainda o reconhecimento de sua qualidade no país; mais do que isso, significa que há muito trabalho a ser feito nessa direção.

O *campus* Litoral Norte da UFRGS assume o compromisso de ofertar um curso na modalidade a distância, de qualidade social, que visa contribuir para a melhoria da gestão da educação nos sistemas da educação, nas escolas e nas salas de aula, no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, em consonância com a legislação vigente, e garante a formação continuada para gestores da educação básica.

Compreende-se que a especialização assume importância seminal na formação continuada de muitos trabalhadores, sobretudo professores da escola pública que não estão sendo atendidos plenamente pela presença direta do Estado na área da gestão, garantindo a qualificação do trabalho e da educação pública.

O Mapa 1 permite observar a abrangência do curso a partir dos polos de oferta, considerando que, até a realização dos projetos de intervenção, foram atendidas 203 escolas e, em parte delas (aproximadamente 10 escolas), mais de uma gestora ou gestor foram cursistas. Esse mapa foi gerado com base nas informações dos projetos de intervenção em colaboração com as tutoras do curso, no processo de organização do seminário realizado no dia 7 de dezembro de 2019.

Mapa 1 – Escolas atendidas no Curso de Especialização em Gestão da Educação (UFRGS Litoral).



Fonte: Elaborado pelos autores. Desenho de Isaac Goulart da Silva.

A maior parte das escolas atendidas está na Região Metropolitana de Porto Alegre (165 escolas), certamente constituída por maior número de escolas e maior população em relação às outras regiões. Nos polos da região do Litoral Norte foram atendidas 38 escolas. No entanto, ao observar a distribuição espacial, nota-se que nem todos os cursistas matriculados nos polos trabalham em escolas na região de abrangência direta dos polos, havendo um forte intercâmbio entre os municípios de moradia, os polos nos quais estão matriculados e os municípios de trabalho na gestão da educação.

Foi possível ampliar essa discussão durante o seminário realizado presencialmente no dia 7 de dezembro de 2019 na Faculdade de Educação da UFRGS, a partir da apresentação e do debate dos projetos de intervenção dos cursistas, objetivando problematizar a Gestão Democrática da Educação em diferentes municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte com base em diagnósticos preliminares da gestão das escolas trabalhadas pelos estudantes do curso de especialização.

Esse seminário surgiu a partir da necessidade da interlocução presencial com os gestores das escolas da Rede Pública de ensino da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte, a fim de dialogar sobre o cenário atual da Gestão da Educação e constituir estratégias sobre os desafios do atual momento histórico.

Realizaram-se, por meio de quatro momentos importantes:

- uma problematização da gestão da educação e uma avaliação geral do contexto das políticas educacionais no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil;
- a formação de grupos de trabalho por municípios, de acordo com as escolas trabalhadas pelos gestores das escolas (estudantes do curso de especialização);
- a partilha dos debates a partir dos relatos dos grupos de trabalho por municípios;
- a sistematização de encaminhamentos de pesquisa e ações.

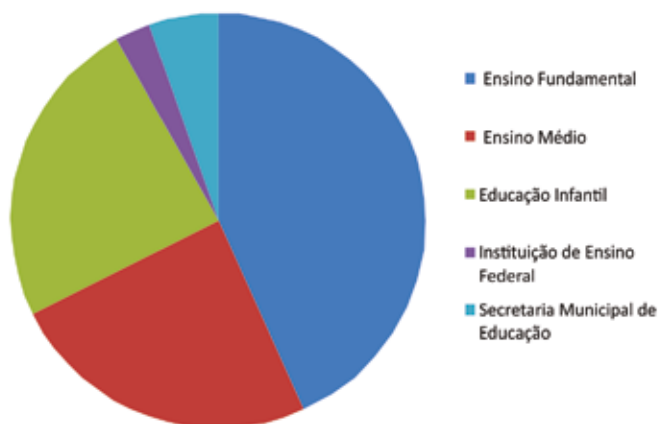
Registrado como ação de extensão, o seminário atingiu seu objetivo ao articular os debates ocorridos nas disciplinas durante o ano de 2019 à realidade das diferentes escolas do Litoral Norte e da Região Metropolitana de Porto Alegre. Discutiu-se amplamente o processo de aprofundamento da precarização da educação pública e as ameaças de retrocesso à Gestão Democrática da Educação no Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

O encontro contou com 79 estudantes inscritos e 59 participantes, além da presença de sete professores do curso de especialização em Gestão da Educação. O debate atingiu cerca de 45 escolas presentes, problematizando a realidade de diferentes municípios. Essa presença de parte significativa dos cursistas permitiu tecer algumas considerações interessantes sobre o alcance do curso.

Observamos que o curso atingiu diferentes regiões geográficas, considerando a região do Litoral Norte do RS, a Região Metropolitana de Porto Alegre (com destaque para o Vale do Rio dos Sinos), alguns municípios da Serra Gaúcha e até um município de Santa Catarina.

Refinando a análise dos dados do seminário, complementados aos dados dos projetos de intervenção, observa-se que foram alcançadas 168 instituições de educação localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre e Serra, conforme Gráfico 1 e Tabela 1, assim distribuídas por etapa ou Instituição de Ensino:

Gráfico 1 – Instituições de educação atendidas na Região Metropolitana de Porto Alegre e Serra.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 1 – Instituições de educação atendidas na Região Metropolitana de Porto Alegre e Serra.

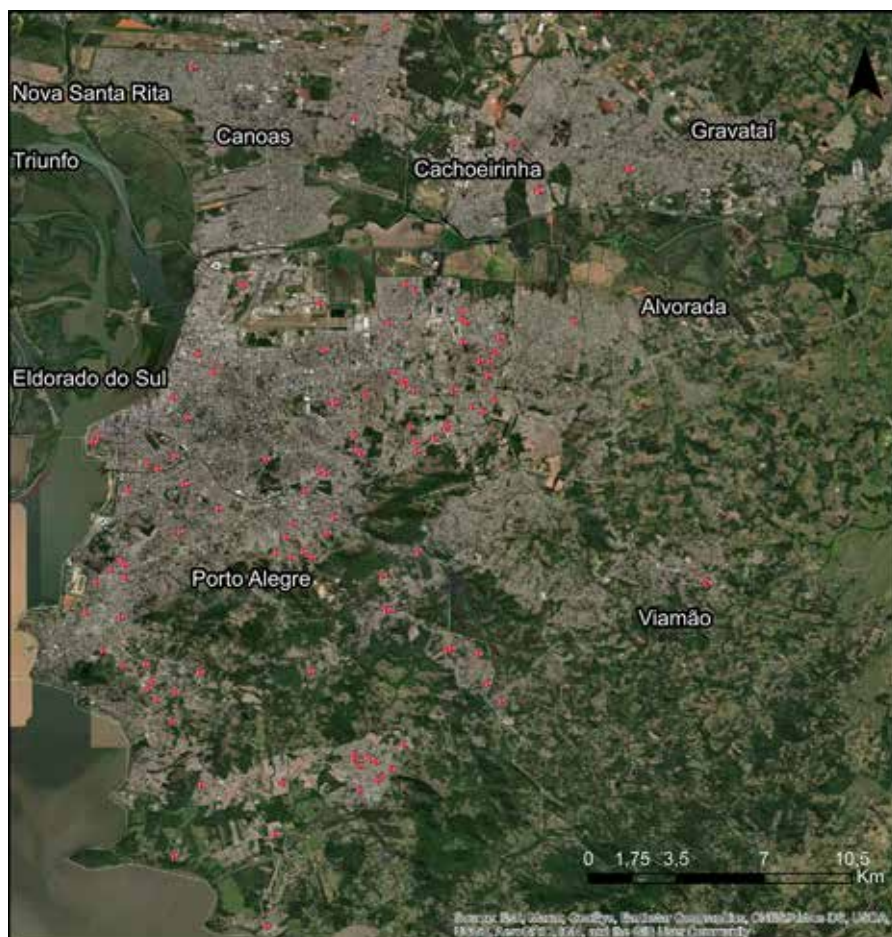
Ensino Fundamental (Municipal ou Estadual)	Ensino Médio (Estadual)	Educação Infantil (Municipal)	Instituição de Ensino Federal	Secretaria/Centro Municipal de Educação
92	11	54	4	7

Fonte: Elaborada pelos autores.

É interessante destacar uma presença significativa de cursistas gestoras e gestores da Educação Infantil, o que levou ao curso a discussão sobre trazer nas próximas edições um espaço de formação que abordasse mais elementos para o trabalho na gestão da Educação Infantil. Ainda, é importante dizer que nessa edição também foram alcançadas instituições de ensino em nível federal, com institutos de edu-

cação e universidades nas quais estão instalados polos da UAB, assim como gestores ligados às secretarias de educação municipal e centros de educação.

Mapa 2 - Escolas atendidas na Região Metropolitana de Porto Alegre.



É preciso refletir, para além da quantidade, sobre a distribuição dessas escolas, observando aquelas vinculadas por polos nos quais os cursistas estavam matriculados. Na leitura das cartas imagem, é destacado o atendimento de escolas em Porto Alegre, mas sobretudo de escolas nas bordas da mancha urbana da cidade de Porto Alegre, com pouco alcance de escolas no campo, na área rural da Região Metropolitana e em municípios circunvizinhos.

Os dados apresentados na inscrição dos seminários trouxeram uma amostragem da relação de deslocamentos que envolvem moradia, estudo e trabalho dos cursistas que são gestores da educação. Observamos que, das 79 gestoras e gestores inscritos, 21 não residem no mesmo município em que trabalham, sendo mais forte a mobilidade no Litoral e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Um destaque interessante é a identificação da mobilidade de professores no eixo da BR-101, residindo, trabalhando e estudando em municípios no trajeto Porto Alegre-Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Como exemplo, há um cursista que estudou no Polo Santo Antônio da Patrulha, trabalha no mesmo município e mora em Gravataí, bem como cursistas que estão matriculadas no Polo Imbé, trabalham em Porto Alegre e moram em Alvorada ou outros municípios da Região Metropolitana.

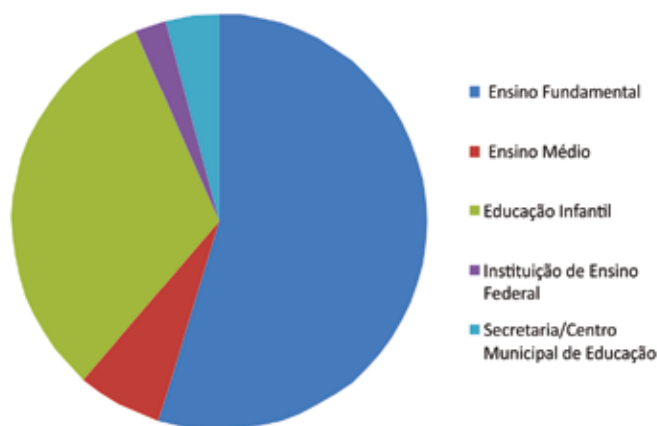
Na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com base nos dados do seminário complementados aos dados dos projetos de intervenção, observa-se que foram alcançadas 35 instituições de educação, conforme Tabela 2 e Gráfico 2, assim distribuídas por etapa e instituição de ensino:

Tabela 2 – Instituições de educação atendidas na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Ensino Fundamental (Municipal ou Estadual)	Ensino Médio (Estadual)	Educação Infantil (Municipal)	Instituição de Ensino Federal	Secretaria Municipal de Educação
16	9	9	1	2

Fonte: Elaborada pelos autores.

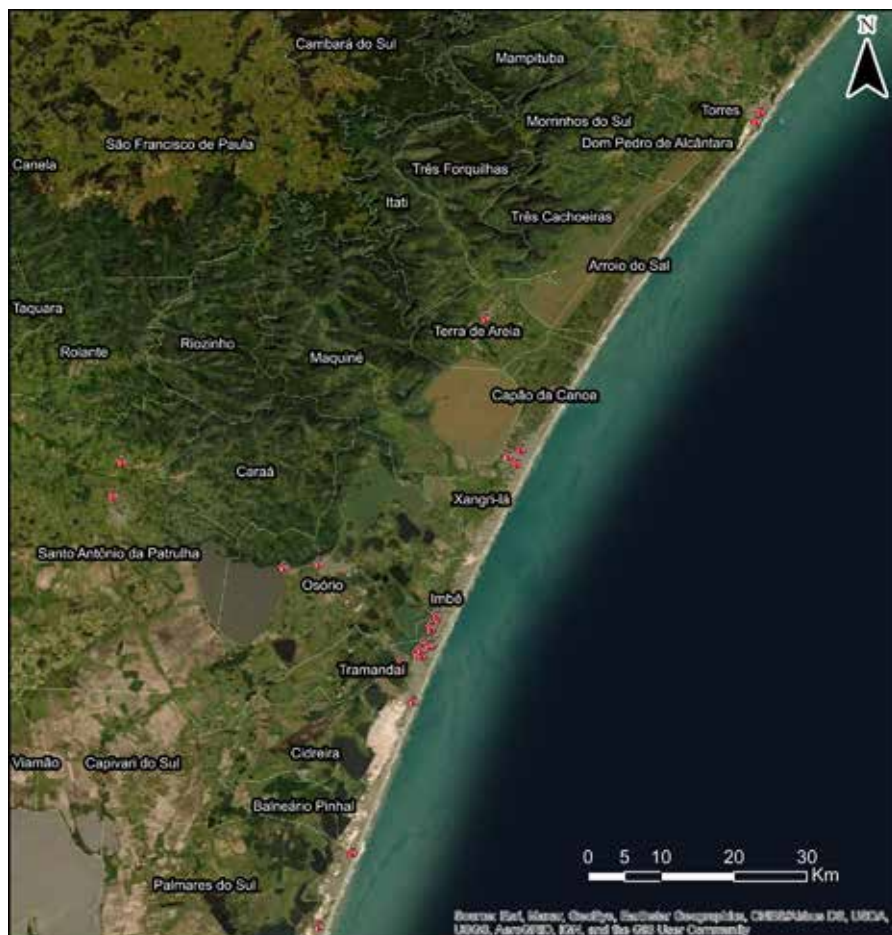
Gráfico 2 – Instituições de educação atendidas na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na observação da distribuição das escolas atendidas pelo Litoral, destaca-se a concentração entre Imbé, Tramandaí e Osório, sobretudo no tecido urbano. Há escolas nas quais gestoras e gestores estão vinculados aos polos do Litoral, mas estão localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Mapa 3 – Escolas atendidas no Litoral Norte.



Fonte: Elaborado pelos autores. Desenho de Isaac Goulart da Silva.

No total, foram abrangidas escolas de 25 municípios do Estado do Rio Grande do Sul: Alvorada, Balneário Pinhal, Cachoeirinha, Caiçara, Canoas, Capão da Canoa, Charqueadas, Dois Irmãos, Esteio, Gravataí, Ibirubá, Imbé, Lindolfo Collor, Novo Hamburgo, Nova Prata, Osório, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí e Viamão. O projeto envolveu

escolas das áreas de 11 Coordenadorias Regionais de Educação: CRE 01 – Porto Alegre, CRE 02 – São Leopoldo, CRE 04 – Caxias do Sul, CRE 09 – Cruz Alta, CRE 11 – Osório, CRE 16 – Bento Gonçalves, CRE 21 – Três Passos, CRE 24 – Cachoeira do Sul, CRE 27 – Canoas, CRE 28 – Gravataí e CRE 39 – Carazinho.

Essa breve análise espacial indica a necessidade da continuidade desse trabalho por diferentes instituições públicas de educação e da aproximação das diferentes coordenadorias regionais de educação e secretarias municipais de educação dos municípios supracitados.

A materialização dessa abrangência se realiza em quantidade e qualidade, expressas sobretudo pela possibilidade de reflexão e prática a respeito das questões levantadas ao longo do curso via projetos de intervenção e trabalhos de conclusão de curso.

Foram apresentados 97 projetos de intervenção, que indicaram 16 temáticas amplas a serem trabalhadas nas escolas: Projeto Político-Pedagógico (17 projetos); Educação Infantil (11 projetos); Grêmios Estudantis (10 projetos); BNCC (oito projetos); Planejamento Participativo (oito projetos); Evasão Escolar (sete projetos); Aprendizagem (sete projetos); Violência (sete projetos); Participação da Família (cinco projetos); Formação Continuada (cinco projetos); Educação Especial (quatro projetos); Conselho Municipal de Educação (três projetos); Regimento Escolar (dois projetos); Coordenador Pedagógico (dois projetos); Ensino Superior (um projeto); e Parceria Público-Privada (um projeto). Dos 97 projetos, foram finalizados 86 trabalhos de conclusão de curso.

Esmiuçando os conteúdos desses trabalhos, podemos compreendê-los em alguns eixos centrais que dizem respeito à gestão da educação, considerando a necessidade de forjar a gestão democrática.

No que se refere às *estruturas políticas da gestão escolar*, os projetos consideraram diferentes momentos da realização política dos espaços da gestão; nesse sentido, foram propostos projetos que se debruçaram sobre a articulação dos grêmios estudantis (10 projetos), o regimento escolar (dois projetos), a importância de debater a composição e a organização dos conselhos municipais de educação (três projetos) e o necessário debate acerca das parcerias público-privadas (um projeto).

É interessante destacar que, no período pré-pandêmico, muitos projetos carregaram uma proposta emergente das escolas apontando para a construção coletiva dos instrumentos da gestão sob a necessidade da organização política. Foram sinalizadas a fusão dos projetos político-pedagógicos às organizações de regimentos escolares e a mobilização à implantação dos espaços de pais e mestres e grêmios estudantis. Os trabalhos indicaram que a organização dos espaços políticos, seja de seus resgates (para o ressurgimento desses espaços nas escolas em que foram rompidos espaços democráticos), seja de seu nascimento, é fundamental para a constituição da autonomia das escolas.

Portanto, os trabalhos discutiram a importância da pesquisa e da reflexão sobre os impactos na autonomia das escolas pelos próprios sujeitos da escola, considerando os projetos e programas governamentais que buscam implementar as Parcerias Público-Privadas e indicando a necessidade de ampliar a pesquisa e a participação so-

bre os diferentes espaços da gestão, como os conselhos municipais de educação.

Sobre as reestruturações curriculares e a organização do trabalho docente, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, temos sido atravessados pelos reiterados processos de formulação e reformulação curricular, que implicam a reestruturação do trabalho docente e da gestão da educação. O envolvimento de todos os professores e professoras nesses processos nem sempre se realizou democraticamente, mas alterou profundamente o trabalho cotidiano. Observamos a contradição expressa pelas práticas democráticas que têm avançado no mesmo ritmo da desarticulação destas pelos programas e projetos de governos que não asseguram as políticas de Estado. Portanto, é evidente a preocupação com mais uma reforma expressa pela BNCC (oito projetos) e a necessidade de discuti-la com todos os sujeitos envolvidos no espaço escolar, bem como de se apropriar das elaborações dos projetos político-pedagógicos (17 projetos) e problematizar a Educação Infantil (11 projetos), a Educação Especial (quatro projetos) e os processos de aprendizagem (sete projetos). Os trabalhos desenvolvidos evidenciaram a amarração entre a formação de professores no Ensino Superior (um projeto), a formação continuada (cinco projetos) e a realização do trabalho a partir de dois projetos que discutiram o trabalho da coordenação pedagógica (dois projetos).

Evidentemente, esse eixo é o de maior número de trabalhos, pois abarca diferentes contextos da estrutura da vida da escola. A preocupação com a formação continuada foi expressa por meio de projetos que situam essa formação no exercício da democracia e da

necessidade de fortalecimento dos conhecimentos docentes desenvolvidos ao longo de sua carreira, mas que exigem momentos de reflexão para que haja saltos qualitativos no trabalho docente. Assim, destaca-se o debate em torno do tempo de trabalho e da importância de criar espaços e tempos para a participação nos processos coletivos, uma vez que o trabalho docente não pode ser reduzido ao tempo de sala de aula.

Portanto, para a apropriação plena dos projetos político-pedagógicos, os trabalhos refletem a vivência coletiva dos diferentes sujeitos nos processos de elaboração e execução dos PPPs, considerando uma série de obstáculos e intervenções heterônomas à própria escola. Isso reafirma que os projetos devem ser construídos coletivamente, e não assumidos como modelos de ensino que desconsideram o processo democrático e as singularidades dos diferentes espaços da educação.

Observa-se nessa gama de questões uma preocupação e uma ação contundente nos processos de ampliação da participação da comunidade escolar nos processos democráticos da gestão da Educação Infantil, salvaguardando o direito universal da educação na infância com base em propostas pedagógicas comprometidas com a sociabilidade, o brincar e o desenvolvimento pleno das crianças, alcançando o debate da educação inclusiva e dos conflitos vividos pelas condições, muitas vezes, insuficientes para o desenvolvimento desse trabalho nas escolas públicas. Ressalta-se que o direito à educação inclusiva foi também discutido em diferentes momentos do ensino e do processo de formação.

Em linhas gerais, os trabalhos se debruçaram sobre os desafios em reestruturar os Projetos Político-Pedagógicos à luz da legislação e, ao mesmo tempo, estabelecer, a partir da referência crítica da educação como um direito social, os caminhos para propostas curriculares alicerçadas na realidade escolar, nas necessidades da comunidade e nos projetos coletivos de uma educação de qualidade. Os trabalhos alcançaram os diferentes sujeitos sociais da comunidade escolar: o trabalho da coordenação pedagógica, da orientação, da direção, dos docentes, dos estudantes e da família.

No eixo da *relação entre a escola e a sociedade*, os projetos de intervenção e, posteriormente, os trabalhos de conclusão compartilharam os conflitos e as possibilidades forjadas nas contradições do direito à educação e da impossibilidade da permanência nos espaços da educação, seja na escola como estudante, seja nos espaços políticos da gestão como gestores e comunidade escolar.

Apesar dos diferentes enfoques, os trabalhos permitiram problematizar as possibilidades de participação da família na gestão e explicitar a contradição entre a apropriação da escola e o estranhamento com a educação. As famílias, num processo histórico regressivo-progressivo, aproximam-se e distanciam-se da escola: quando da necessidade de defender a escola como um direito individual, aproximam-se; quando da defesa da escola como um direito coletivo, distanciam-se. Muitas famílias compreendem que é preciso se aproximar, mas indicam a impossibilidade da vida cotidiana para a participação política. O trabalho, o não trabalho, a educação negada ao longo da vida, a violência e a miséria mostram-se como obstáculos concretos que precisam ser superados.

A evasão escolar e a violência (dentro e fora da escola) colocaram-se como questões prementes para a realização concreta da educação como um direito a se alcançar na escola e nela permanecer. Os trabalhos apontam que, sem o fortalecimento da relação escola-sociedade, tais obstáculos são intransponíveis. É preciso democratizar e redemocratizar a escola, do modo mais amplo que essa afirmação possa se colocar.

Dentro dos eixos, algumas preocupações são latentes entre as gestoras e os gestores cursistas da primeira edição do curso que se realizou entre os anos de 2019 e 2020, em meio à pandemia da covid-19:

- a ampliação dos projetos e programas que envolvem Parcerias Público-Privadas que atingem a formação de professores; a formação continuada de professores com projetos de formação e acompanhamento durante todo o ano, elaborados por empresas; a oferta de vagas, sobretudo na Educação Infantil, com as escolas de administração privada e a compra de vagas para a oferta pública;
- a alteração dos processos de escolha da equipe diretiva das escolas, com a publicação de decretos municipais que ferem a legislação vigente, o que implica a perda de autonomia da Gestão Democrática e o aprisionamento das escolas às gestões dos governos municipais eleitos;
- as recorrentes tentativas de desarticulação dos diferentes espaços políticos da gestão escolar a partir da precarização do trabalho docente; o confisco de espaços da organização estudantil; a inviabilidade de espaço de organização do trabalho político nas

escolas e o domínio político de instituições heterônomas à educação em seus conselhos e outros órgãos de gestão coletiva;

- o aumento da preocupação, sobretudo no processo da pandemia, com a saúde das professoras e dos professores, especialmente a saúde mental;
- a transferência das responsabilidades da formação continuada de professores para eles e a ampliação dos projetos de formação privados articulados às plataformas digitais;
- a naturalização de entidades não governamentais e entidades privadas para trabalhar pedagogicamente nas escolas.

Chegamos ao final do curso com 87 gestoras e gestores das escolas públicas compartilhando suas experiências e os desafios da realidade enfrentada pela educação pública. Como universidade, contribuímos ativamente no debate teórico e prático da pesquisa, referenciada especialmente na pesquisa-ação, compreendida como possibilidade efetiva de movimentação da realidade no chão da escola e potência para a transformação efetiva das condições impostas pelas múltiplas determinações do modo de produção capitalista, que busca apenas garantir um espaço escolar depositário, de treinamento da classe trabalhadora.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O debate apresentado nos permite afirmar que, historicamente, a educação brasileira tem sido constituída nos processos da luta pela qualidade e pela universalização da educação. Cabe ao Estado brasileiro

garantir a formação inicial e continuada dos profissionais da educação e produzir nesse movimento uma gestão da educação coletiva que materialize as necessidades reais das escolas da educação básica e de diferentes instituições de educação.

Compartilhamos não apenas um desejo, como o apresentado no ponto de partida deste texto, mas a luta por um espaço escolar forjado pela comunidade, para a comunidade e com a comunidade; um espaço imbuído da capacidade de produzir conhecimento a partir do reconhecimento histórico dos saberes socialmente construídos por toda a humanidade, de propor um saber popular que seja capaz de discernir as contradições opressoras da reprodução do conhecimento, para que se supere uma educação que apenas formata e não emancipa.

Nessa partilha, aprendemos também que o processo de redemocratização do Brasil é contínuo, constante, porque a democracia neste país também se faz na luta. O fato é que o professor da escola se torna gestor porque assume a escola como espaço pensado e produzido por seus próprios sujeitos sociais, assim como na universidade somos professores e, em muitos momentos, gestores, porque tomamos a instituição para gestar em luta pela autonomia universitária; esse direito, portanto, não nasce da benevolência do Estado.

Conflituosamente, trabalhamos na perspectiva do reconhecimento de que nem a democracia nem a tomada de conhecimento podem ser dadas a ninguém: é preciso problematizar arduamente as contradições vividas por todos nós, professores/gestores da educação. Para tanto, é fundamental avançar criticamente sobre: a introjeção crescente de pensadores neoliberais nos Projetos Político-Pedagógicos, respaldada pelas organizações internacionais; as parcerias público-privadas nos

diferentes projetos demandados pela comunidade e no avanço sobre a própria gestão escolar; a retirada de direitos políticos das escolas, que vai desde a imposição heterônoma de Projetos Político-Pedagógicos provenientes como modelos pelas mantenedoras até a indicação de diretores, vice-diretores e orientadores pedagógicos; e a implantação de uma educação de treinamento imposta pelas plataformas digitais com pacotes tecnológicos.

Considerando o trabalho realizado por mais de 20 anos no processo de formação de gestoras e gestores a partir da ação de instituições públicas, como a escola de gestores da UFRGS, e a análise sobre a abrangência e os conteúdos apresentados nos projetos de intervenção e nos trabalhos de conclusão do curso de especialização de Gestão da Educação ofertado pelo *campus* Litoral Norte da UFRGS, reiteram-se a importância e a necessidade de continuidade do trabalho de formação de gestoras e gestores no Estado do Rio Grande do Sul por meio de cursos de especialização. Os mapas indicam que a oferta do curso em polos da Região Metropolitana de Porto Alegre e na região do Litoral Norte não apenas foi acertada, mas continua sendo necessária. Destaca-se a abrangência pelo Vale do Rio dos Sinos e pela Serra Gaúcha, alcançando-se, inclusive, outros estados da federação.

É prerrogativa do Estado a salvaguarda da formação continuada de professoras e professores; portanto, o trabalho deve ser mantido no seio das instituições públicas de educação. Mais do que isso, a oferta desse processo de formação, fundamentado na Gestão Democrática da Educação e na prática da pesquisa realizada pelo professorado a partir de sua própria realidade, é potente e fundamental.

É parte da luta pela qualidade da educação e pelo processo radical de transformação social que os professores tomem para si o reconhecimento das condições de sua própria realidade e sejam capazes tanto de compreender em diferentes escalas as relações econômicas, políticas, culturais e sociais enquanto processo histórico que determina contraditoriamente a vida cotidiana da escola quanto de discernir de que modo, coletivamente, podemos alterá-la, transformando a escola e, com isso, a realidade social em sua totalidade.

Para concluir, o curso em questão se coloca contra qualquer tipo de intervenção na educação, contra o aparelhamento ideológico do Estado representado fortemente pela “escola sem partido” e contra o avanço das escolas militarizadas e das escolas privatizadas. Orientamo-nos pelo compromisso da defesa da educação pública, socialmente referenciada, laica e de qualidade, e pela consolidação do *campus* Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996

COMERLATTO, L. P. *A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria público privado*. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CURY, C. R. J. O Conselho Nacional de Educação e a gestão democrática. In: OLIVEIRA, D. A. (org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 199-245.

- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: Inep, 2007.
- FERREIRA, N. S. C. (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.
- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2008.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Projeto político-pedagógico do curso de especialização em gestão da educação*. Tramandaí: UFRGS, 2018.
- VIEIRA, E. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992. v. 49. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.